



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS  
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

**ATA DA 23ª (VIGÉSIMA TERCEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.**

Aos 13 ( *treze* ) dias do mês de outubro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 30min. (*oito horas e trinta e cinco*), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 23ª (*vigésima terceira*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco José de Oliveira Silva. Presentes à Sessão os Conselheiros Henrique José Leal Jereissati, Maria Elineide de Silva e Souza, Leilson Oliveira Cunha, José Alexandre Goiana de Andrade, Wander Araújo de Magalhães Uchôa e Jucileide Maria Silva Nogueira. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, foram aprovadas a Ata da sessão anterior. Também foram aprovadas as resoluções referentes aos seguintes processos: 1/843/16, 1/840/16, 1/936/19, 1/1610/12 – Relator: José Alexandre Goiana de Andrade; 1/ 3687/17, 1/1004/19, 1/20/19 – Relator: Leilson Oliveira Cunha; 1/1713/13 – Relator: Wander Araújo de Magalhães Uchôa; 1/2597/17 – Relatora: Jucileide maria Silva Nogueira; 1/868/18 – Relatora: Lúcia de Fátima Dantas Muniz; 1/814/18, 1/834/18 – Relatora: Maria Eli-neide Silva e Souza. Em seguida, passando à **ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/5222/2017 – Auto de Infração: 1/201714496. Recorrente: SHOULDER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO HENRIQUE JOSÉ LEAL JEREISSATI. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do CRT resolve dar por unanimidade de votos, converter o curso do julgamento do processo em realização de **perícia**, a fim de que sejam atendidos os seguintes quesitos: **1.** Intimar a empresa Recorrente para apresentar os documentos necessários a realização da perícia e nomear assistente técnico para acompanhar o trabalho pericial; **2.** Verificar a pertinência dos valores apresentados pela Recorrente como Estoque Final de 2012 e Estoque Inicial de 2013, analisando os livros contábeis da recorrente, especialmente o livro Razão; **3.** Se confirmados os valores de estoque final de 2012 e estoque inicial de 2013, refazer o levantamento como base no estoque apresentado, demonstrando a nova base de cálculo. Tudo nos termos do Despacho para a Célula de Perícias Fiscais e Diligências, a ser elaborado pelo Conselheiro Relator. Decisão de acordo com a manifestação oral, em sessão, do representante da Procuradoria geral do Estado. Esteve presente para sustentação oral, a representante legal da Recorrente, Dra. Franciele Carmo Moreira. **Processo de Recurso nº 1/5221/2017 – Auto de Infração: 1/201714497. Recorrente: SHOULDER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO WANDER ARAÚJO DE MAGALHÃES UCHÔA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do CRT resolve dar por unanimidade de votos, converter o curso do julgamento do processo em realização de **perícia**, a fim de que sejam atendidos os seguintes quesitos: **1.** Intimar a empresa Recorrente para apresentar os documentos necessários a realização da perícia e nomear assistente

técnico para acompanhar o trabalho pericial; **2.** Verificar a pertinência dos valores apresentados pela Recorrente como Estoque Final de 2012 e Estoque Inicial de 2013, analisando os livros contábeis da recorrente, especialmente o livro Razão; **3.** Se confirmados os valores de estoque final de 2012 e estoque inicial de 2013, refazer o levantamento como base no estoque apresentado, demonstrando a nova base de cálculo. Tudo nos termos do Despacho para a Célula de Perícias Fiscais e Diligências, a ser elaborado pelo Conselheiro Relator. Decisão de acordo com a manifestação oral, em sessão, do representante da Procuradoria geral do Estado. Esteve presente para sustentação oral, a representante legal da Recorrente, Dra. Franciele Carmo Moreira. **Processo de Recurso nº 1/2427/2018 – Auto de Infração: 1/201803570. Recorrente: GLASSMAXI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE VIDRO LTDA ME. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA MARIA ELINEIDE SILVA E SOUZA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação a preliminar de nulidade do julgamento singular, suscitada por falta de fundamentação, sob a alegação de que não foram apreciadas questões aduzidas na impugnação** – Foi afastada por unanimidade de votos, considerando que o julgador singular analisou os argumentos da parte e expôs as razões de fato e de direito que o convenceram a decidir a questão. **2. Quanto a alegação de caráter confiscatório da multa aplicada** – Foi afastada por unanimidade de votos, com base no art. 48 da Lei nº 15.614/2014. **3. No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/2479/2018 – Auto de Infração: 1/201803571. Recorrente: GLASSMAXI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE VIDRO LTDA ME. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA JUCILEIDE MARIA SILVA NOGUEIRA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação a preliminar de nulidade do julgamento singular, suscitada por falta de fundamentação, sob a alegação de que não foram apreciadas questões aduzidas na impugnação** – Foi afastada por unanimidade de votos, considerando que o julgador singular analisou os argumentos da parte e expôs as razões de fato e de direito que o convenceram a decidir a questão. **2. Quanto a alegação de caráter confiscatório da multa aplicada** – Foi afastada por unanimidade de votos, com base no art. 48 da Lei nº 15.614/2014. **3. No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 14 de outubro do corrente ano, às 8h30min. (*oito horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pela Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

**Francisco José de Oliveira Silva**  
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

**Silvana Rodrigues Moreira de Souza**  
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA